

JORNAL

JUVENTUDE & TERRITÓRIO

Comunicação popular:
um direito que garante
outros direitos



EDIÇÃO Nº 03
OUTUBRO / 25

ACESSE



www.bemtv.org.br

PRESENTE ANCESTRAL

Povos e Comunidades Tradicionais
Guardiãs e Guardiões
contra a crise climática

PÁGINAS 6 E 7

Territórios sob ataque:
a escalada da violência
contra povos e comunidades
tradicionais no Brasil

PÁGINA 10

**A cultura
em nós:**
diversidade e
resistência

PÁGINA 4

**Agência de Comunicação
Popular Territórios Vivos:**
conheça os jovens comunicadores
que compõem essa rede

PÁGINA 8



EDITORIAL

Somos 20 jovens vindos dos ecossistemas costeiros e marinhos, da Caatinga, do Cerrado, da Mata Atlântica, do Pampa, do Pantanal e da Amazônia. Representamos a diversidade dos 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), reconhecidos no Brasil a partir do Decreto 8.750/2016. Essa caminhada é fruto de lutas históricas: das reivindicações de povos indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco babaçu, que abriram caminhos para a reorganização dos demais segmentos a partir da Constituição Federal. Um ponto de virada foi o 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, em 2005, seguido pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em 2007 e, mais recentemente, pela criação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), em 2016.

Somos a força do que há de melhor em nós: Povos e Comunidades Tradicionais. Valorizamos o conhecimento de quem veio antes, certos de que nossas ancestrais, nossas antepassadas e nossos antepassados estão sempre presentes, guiando nossos passos para o futuro. Somos guardiãs e guardiões da sociobiodiversidade e dos saberes que sustentam a vida, nossos modos de vida são tecnologias ancestrais para a preservação ambiental. Somos a juventude protetora da ancestralidade, que segue reafirmando: **somos o Presente Ancestral**.

Muitas mãos trabalharam antes da atual geração de Juventudes Tradicionais. Durante uma parte expressiva dos anos 2010, diferentes mobilizações juvenis e organizadas participaram da construção do CNPCT, se articulando veementemente pela inclusão da Juventude junto ao decreto que deu origem ao Conselho. O fio condutor desse grupo de jovens ativistas se estruturou em agosto de 2023, a partir da comunicação popular. Entendemos que comunicar é fortalecer um direito que busca a conquista de outros direitos. Assim, ao reconhecer que precisamos estar mobilizados e organizados, nossas ações são resultantes de nossa unicidade. Novos rostos surgiram em um encontro presencial em maio de 2025, quando jovens comunicadores de diferentes segmentos se somaram àquelas e àqueles mobilizados anteriormente.

Mais numerosa, mais estruturada, mais diversa e mais articulada: o Presente Ancestral é o rosto e a voz da Juventude dos PCTs do Brasil em 2025. O que nos une é o vínculo profundo com nossos territórios e maretórios, lugares onde mantemos vivas as tradições e projetamos futuros possíveis. Compartilhamos histórias parecidas e nos reconhecemos como parte da Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais.

RECEITA

Bolode Goma

Tradicional do Quilombo Furnas do Dionísio
Por Valmira Ribeiro da Silva

INGREDIENTES:

- 1 prato de água
- 1 prato de óleo
- 1 prato de polvilho Caseiro
- Ovos (quantidade suficiente até dar o ponto: massa lisa e sem estar desgrudando na mão)
- 1 pitada de sal

MODO DE PREPARO:

Em uma panela, coloque a água e o óleo para ferver.

Em uma bacia, despeje o polvilho e adi-

cione a mistura fervida, mexendo bem.

Deixe a massa esfriar.

Acrescente uma pitada de sal e vá adicionando os ovos, um a um, até a massa ficar lisa e homogênea (nem dura, nem mole demais).

Modele a massa no formato desejado (rosquinhas, palitos, bolinhas).

Coloque em uma forma untada.

Leve ao forno preaquecido a 180°C por cerca de 40 minutos, ou até dourar.

5 COISAS QUE VOCÊ PODE FAZER PARA APOIAR NOSSA CAUSA

1

Procurar as comunidades tradicionais de perto de você e ser um apoiador/ parceiro nesses territórios.

2

Divulgar materiais que promovam os povos e comunidades tradicionais.

3

Se posicionar contra propostas de destruição dos biomas e comunidades, como o PL da devastação e o Marco Temporal.

4

Participar de eventos e fóruns que discutam e valorizem as culturas, saberes e práticas dessas comunidades, contribuindo para a troca de conhecimentos e fortalecimento das vozes locais.

5

Contribuir financeiramente ou de outras maneiras para iniciativas e projetos que incentivem a autonomia e o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, ajudando a preservar sua cultura e modo de vida.

EX PE DI EN TE

Edição

Daniela Araujo e Veronica Silva

Identidade visual

Ysis Policarpo

Projeto gráfico e diagramação

Viviana Assunção

Reportagem

Guilherme Borges, Verônica Correa, Lorryne Silva, Maura Palocio, Gabriele Oliveira, Reinivan Silva

Coordenação Executiva

Paula Latgé e Ana Lúcia Nunes

Coordenação de Projeto

Carolina Rodriguez

Coordenação Pedagógica

Daniela Araujo

Produção

Gabriela Gonçalves

Instrutores

Maria Carolina Castro, Veronica Silva, Ygor Santos, Matheus Magalhães, Luiza Arruda, Melissa Canabrava e Morena Mariah.

Assessoria

Danielle Assis

FALE CONOSCO:

Bem Tv

E-mail bemtv@bemtv.org.br

Instagram: @bem.tv

YouTube: @CanalBemTv

Facebook: fb.com/bemtv.official

LinkedIn: bemtv-educacao-e-comunicacao

Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

E-mail @redepcdsdobrasil26@gmail.com

Instagram: @redepcdsdobrasil

YouTube: @redepcdsdobrasil26@gmail.com

TikTok: @redepcds.official

Impressão: Gráfica A Tribuna | Tiragem: 2.000 exemplares | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Povos e comunidades tradicionais:

Direitos reconhecidos no papel, ameaças persistentes na vida real

Projetos de lei em tramitação no Congresso e conflitos territoriais expõem fragilidade na efetivação de direitos reconhecidos há décadas por marcos legais nacionais e internacionais

Lorrayne Silva

Nas últimas duas décadas, o Brasil criou instrumentos legais inéditos para reconhecer e proteger povos e comunidades tradicionais. Foram avanços importantes: em 2007, a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNPCT); em 2016, a criação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); e, desde 2004, a incorporação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que obriga o Estado brasileiro a realizar consulta livre, prévia e informada antes de autorizar projetos que afetem diretamente esses grupos.

No papel, esses marcos significaram um passo histórico: reconhecer populações até então invisibilizadas como sujeitos de direitos coletivos, com modos de vida próprios e fundamentais para a preservação ambiental e cultural do país. Na prática, porém, a efetividade desses direitos segue sendo um dos maiores desafios.

2007:

a criação da PNPCT

O Decreto nº 6.040/2007 instituiu a PNPCT, marco civilizatório que traz a definição de “povos e comunidades tradicionais”, “territórios tradicionais” e “desenvolvimento sustentável”. O texto reconhece

oficialmente que povos e comunidades tradicionais precisam de acesso a políticas diferenciadas, proteção de territórios e respeito às práticas culturais e produtivas.

2016:

o Conselho Nacional

Quase dez anos depois, o Decreto nº 8.750/2016 criou o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), instância consultiva com 28 segmentos de PCTs que garantiu a participação direta de lideranças na formulação de políticas. O conselho ampliou o diálogo institucional, mas sofreu descontinuidade no governo Bolsonaro, ficando paralisado em momentos decisivos para a proteção ambiental e territorial.

Convenção 169 da OIT: um compromisso internacional

Promulgada em 2004, a Convenção nº 169 da OIT é o principal tratado internacional sobre direitos de povos indígenas e tribais. Ela garante que medidas administrativas ou legislativas que os afetem passem por consulta livre, prévia e informada. O mecanismo, porém, é frequentemente descumprido. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a violação desse direito tem gerado graves impactos ambientais e sociais.

Direitos no papel, ameaças no território

Enquanto leis reconhecem territórios e práticas tradicionais, comunidades seguem de-

nunciando grilagem, desmatamento, contaminação por agrotóxicos, avanço da mineração e ausência de políticas públicas de proteção. No Cerrado piauiense, por exemplo, enfrentam a expansão da fronteira agrícola e disputas de terra, como no caso da Fazenda Kajubar, em Santa Filomena, registrado no Mapa de Conflitos da Fiocruz (outubro de 2024). Especialistas e lideranças são unânimes: o Brasil possui uma base legal robusta, mas a distância entre norma e realidade segue profunda. “É a chance de sermos vistos e ouvidos sem intermediários, mostrando que o Brasil é feito também pelos povos da floresta, do campo e das águas”, resume Maria do Carmo, quilombola do Maranhão. Reconhecer marcos legais é fun-

damental, mas não basta: o desafio está em tirá-los do papel, garantindo proteção efetiva e participação real dessas comunidades.

Brasil lançará Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais durante a COP 30.

Em 2025, o Governo Federal anunciou o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A iniciativa atende a uma reivindicação histórica e consolida a luta de quilombolas, indígenas, caiçaras, extrativistas e outros grupos. O Plano foi construído a partir de oficinas, encontros regionais e debates no Conselho Nacional dos PCTs (CNPCT), organizando suas ações em seis eixos, como inclusão social, fomento à produção sustentável, proteção de territórios e combate às violações de direitos humanos.

“Eu vejo que a gente não tem como caminhar se a gente não tiver esse amparo legal e com essa robustez que é a legislação pra garantir os direitos da existência dos povos e comunidades tradicionais. (...) O Plano de PCTs lançado, instituído, vai ser a grande ferramenta de monitorar as políticas públicas e não só monitorar, mas [fazer] a incidência política que ainda precisa, sabe?”, disse Cláudia de Pinho, ativista Pantaneira.

A juventude dos PCTs teve papel decisivo no processo, garantindo que suas demandas fossem incorporadas ao documento e construindo um acervo de comunicação popular durante a execução. Para os movimentos sociais, o lançamento marca não só a garantia formal de direitos, mas também um passo essencial para a reparação histórica e para o fortalecimento da sociobiodiversidade brasileira.



A cultura em nós: diversidade e resistência dos Povos e Comunidades Tradicionais

Guilherme Borges

Cultura é um conceito complexo, envolvendo costumes, crenças, hábitos e tradições de um povo em um território. Mas é nas manifestações culturais que ela se materializa, permitindo reconhecer e partilhar nossa identidade de forma concreta. Da inspiração estética aos elementos sensoriais, o que há de mais bonito e brasileiro tem origem nas tradições dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Nossas manifestações culturais são a forma como podemos sentir a herança de quem veio antes de nós em nosso sangue e suor. Eles e elas estão vivos em nós. Seleccionamos algumas das manifestações que exemplificam as riquezas culturais mantidas ou inspiradas por PCTs para compartilhar nosso *Presente Ancestral*:

Tambor de Crioula: Manifestação afro-brasileira do Maranhão, envolve dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Participam coreiras ou dançadeiras, guiadas pelo ritmo e pelas toadas de tocadores e cantadores. O ápice é a punha ou umbigada, gesto característico que simboliza saudação e convite.

Coco: É uma expressão cultural afro-brasileira que reúne música, canto, poesia e dança, presente no Norte e Nordeste. Originado do ritmo da quebra do fruto, dançado em roda e marcado pela umbigada, destaca o trabalho coletivo e o fortalecimento dos vínculos comunitários.



NOSSAS MANIFESTAÇÕES

Algumas manifestações culturais são ainda mais profundas e interferem diretamente no dia a dia de povos e comunidades tradicionais. Elas não ocorrem apenas em datas específicas, mas fazem parte do cotidiano comunitário, culminando em eventos como o Festival de Parintins, que

mistura culturas negras e indígenas ao longo do ano. O carnaval carioca, herança de povos de matriz africana, movimenta a economia periférica e se tornou expressão cultural consolidada. Outras manifestações, menos conhecidas nos centros urbanos, estão listadas a seguir.



Festival da rapadura: Realizado anualmente na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, em Jaguarí (MS), celebra tradição, cultura e identidade local. O evento destaca a produção artesanal da rapadura, da colheita da cana ao preparo final, preservando saberes transmitidos de geração em geração. A participação ativa da comunidade na organização reforça o protagonismo dos moradores e a manutenção das tradições.

GUILHERME BORGES



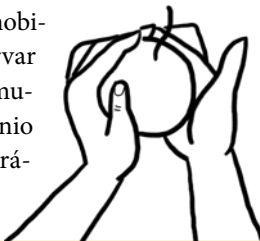
Festa de Iemanjá do Ceará: O 15 de agosto no Ceará é especial: mais de 100 mil pessoas se reúnem pelas praias do estado para realização de ritos tradicionais de cortejo e entrega de oferendas à Iemanjá, com incontáveis saídas de jangadas ornamentadas e coloridas e apresentações de afoxés e maracatus. Em Fortaleza, o evento, realizado nas Praias do Futuro, da Barra do Ceará e na Beira-mar, é considerado patrimônio imaterial, destacando sua importância cultural e social.



Feiras de Troca de Sementes e Mudas: Uma vez por ano, em agosto, no Eldorado, Vale do Ribeira (SP), ocorre há 16 anos a Feira de Troca de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas. Criada pelo GT Roça, o evento mobiliza as comunidades para preservar sementes não manipuladas, estimulando a conservação do patrimônio biogenético e a valorização de práticas tradicionais.



Puxirum: Prática tradicional de trabalho comunitário, muito comum em comunidades tradicionais rurais da Amazônia e outras regiões do Brasil. Consiste em um grupo de pessoas se reunir para realizar tarefas coletivas como na lida da roça para limpar a terra, cavar, plantar ou colher mandioca (maniva), milho e outros cultivos.



CAÇA-PALAVRAS

sobre nossas manifestações culturais:

As palavras em negrito estão inseridas nesta caixa. São elas:

Reis
Rapadura
Iemanjá
Coco
Sementes
Tambor
Parintins
Capoeira
Cultura
Puxirum

S	E	M	E	N	T	E	S	K	R	F	M
E	P	U	X	I	R	U	M	A	A	H	G
N	S	T	A	M	B	O	R	D	P	R	B
U	Z	I	E	M	A	N	J	Á	A	M	U
C	O	C	O	B	W	Z	H	I	D	C	V
W	U	R	W	N	C	X	Z	W	U	X	M
B	O	R	E	I	S	X	R	U	R	F	I
F	V	C	H	X	K	J	I	B	A	G	S
C	Y	L	Z	W	E	L	O	Z	N	E	W
S	V	C	U	L	T	U	R	A	Z	K	O
P	A	R	I	N	T	I	N	S	G	M	P
G	H	R	C	A	P	O	E	I	R	A	D

Folia de Reis:

patrimônio vivo das comunidades geraizeiras

RONALDO ALVES



Tradição viva há gerações, o festejo mistura música, devoção e partilha, reafirmando a força da cultura popular

Karen Almeida

No tempo em que o Cerrado se renova com as chuvas e as comunidades geraizeiras celebram a fartura da terra, os cantos da Folia de Reis ecoam nas noites de festejo, mantendo viva uma das tradições mais significativas da cultura popular mineira e das comunidades tradicionais.

Também conhecida como Reisado ou Festa de Santos Reis, essa manifestação cultural celebra a visita dos Reis Magos ao menino Jesus. No Norte de Minas, especialmente nas Comunidades Tradicionais Geraizeiras, a Folia acontece entre 24 de dezembro e 6 de janeiro, com cortejos pelas estradas, visita às casas, orações, cantorias, danças e refeições partilhadas, numa vivência de fé, comunhão e resistência cultural.

Com origens ibéricas, a Folia foi

ressignificada pelo povo mineiro, se espalhando com força especialmente no Cerrado e no Nordeste. No Norte de Minas, essa tradição pulsa com um modo próprio: personagens intitulados “Foliões” guiam o cortejo ao som de violas, sanfona, rabecas, bumbos, caixas e pandeiros. O símbolo central da festa é a Bandeira de Santo, carregada com devoção em cada jornada. Ela passa pelas casas que a aguardam com o presépio do Menino Jesus.

Para as comunidades geraizeiras, a Folia também marca um tempo simbólico de fartura, em que a chuva e os alimentos típicos da época, como biscoitos, bolos, farofas, carne de sol, paçoca, vinho, cachaça e frutos do Cerrado, se somam às celebrações religiosas e culturais. É um tempo de encontro, em que a casa e o quintal se tornam espaços sagrados de partilha e boas vibrações para o ano vindouro.

CURIOSIDADES



Em Montes Claros, cidade do Norte de Minas rodeada por Comunidades Geraizeiras, a Festa de Santos Reis tem um papel especial: está ligada diretamente à origem do bairro Santos Reis, e é celebrada há quase 100 anos, com missas, procissões, barraquinhas e apresentações musicais na Paróquia Santos Reis. Em 2017, foi reconhecida como Patrimônio Cultural de Minas Gerais, conforme o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). O presépio da Igreja de Santos Reis, está diretamente relacionado à história da construção da capela. Em 1932, um morador local, Pedro Xavier de Mendonça, fez uma promessa a Santos Reis para curar uma doença. Ao ser curado, construiu a capela e, por gratidão, um presépio, que permanece até hoje como símbolo de fé e tradição.



Em Alto Belo, distrito rural de Bocaiuva, a Folia de Reis é uma das manifestações mais tradicionais das comunidades e do Estado. Os foliões percorrem estradas e caminhos de terra, visitando casas e levando seus cantos e bênçãos aos moradores, fortalecendo os laços entre fé, território e ancestralidade.



É importante ressaltar a participação das Pastorinhas, que são personagens icônicas das Falias: representam as pastoras que visitam o Menino Jesus, com trajes coloridos (ternos), coreografias suaves e cantigas encenadas. Com sua delicadeza e presença, elas encantam adultos e crianças, sendo parte essencial da estética e do espírito da celebração.

A Folia de Reis é mais do que uma festa: é memória, pertencimento, identidade e resistência. É a forma como os Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado reafirmam suas raízes, suas crenças e sua alegria, mesmo diante dos desafios que atravessam os territórios. E é por isso que ela resiste: porque é feita de gente, de chão, de fé e de poesia.

“Presente Ancestral” pela justiça climática

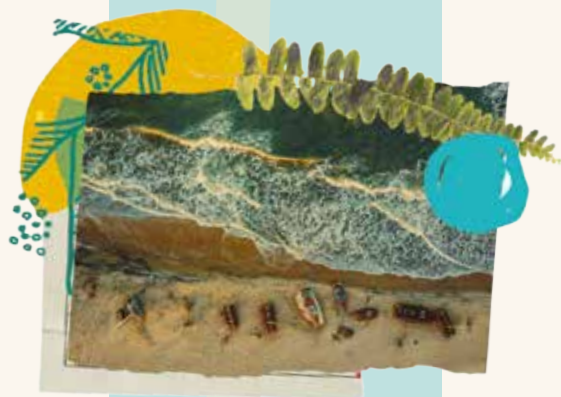
Iniciativa reúne lideranças jovens de povos e comunidades tradicionais de todo Brasil

Jovens de diferentes povos e comunidades tradicionais (PCTs) estão à frente da campanha **“Presente Ancestral: Guardiões e Guardiãs contra a crise climática”**, iniciada nas redes sociais e celebrada em ato público do encontro de fóruns de povos e comunidades tradicionais realizado em outubro. A iniciativa busca ampliar a presença desses povos no debate público, dar visibilidade às suas contribuições para a conservação dos biomas e pressionar por reconhecimento político em um cenário em que continuam excluídos ou sub-representados nos espaços de decisão.

“Nossas tradições vem freando os danos ambientais causados pela exploração e ganância há muitas gerações, já está mais do que na hora de sermos reconhecidos, ouvidos e respeitados”, “diz Ísis Ayres, 24 anos, Caiçara”.

Com o slogan “Povos e Comunidades Tradicionais Guardiões e Guardiãs contra a crise climática”, a campanha pretende dar visibilidade aos modos de vida tradicionais como resposta concreta à crise ambiental, mobilizar comunidades e sociedade civil em defesa de direitos territoriais e culturais, e incidir politicamente em agendas nacionais e internacionais, especialmente na preparação para a COP30, que acontece no Brasil em 2025.

Nesse caminhar, a comunicação popular é uma prática para inserção da juventude nas discussões multidisciplinares que envolvem a pauta climática e, consequentemente, envolve as tradições que caracterizam e diferenciam cada território ou maretório. Organizados a partir de grupos de trabalho, os jovens foram mobilizados para estudar e se preparar para os eventos que antecedem a COP 30 e para atuarem efetivamente durante a Conferência das Nações



tral” tica



Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 que acontecerá no Brasil. Munidos do compromisso comunitário herdado das lideranças mais velhas, o coletivo de jovens busca fortalecer o acúmulo das pautas históricas a partir de estratégias de comunicação e mobilização. “Estamos participando, sempre com a intenção de amplificar nossa perspectiva enquanto PCTs para as redes sociais e para a Plataforma dos Territórios Tradicionais” afirmou um dos jovens durante os debates de construção da campanha.

Entre as ações realizadas até agora, para além da comunicação dos eventos, são destacadas também a amplificação das conquistas recentes da rede, tal como o Selo PCTs, a mobilização pela implementação do decreto de regularização fundiária, oportunidades de fala em conferências e seminários e a criação de veículos publicitários que buscam trazer visibilidade para nossas tradições.

“Somos nós [juventudes] que vamos construir o mundo que vai ficar de legado para as próximas gerações, então é o nosso papel atrasar o máximo possível o fim do mundo para que os que estão por vir não paguem tão caro uma conta que não é deles”, “diz Omobinrin Ode Verônica, 28 anos, Comunidade de Matriz Africana/Povos de Terreiro”.



A agenda nacional de mobilização dos comunicadores tradicionais ganha novas camadas quando temos a chance de apresentarmos o Presente Ancestral para jovens articuladores, lideranças e organizações parceiras. A presença de representantes da campanha na COP30 é um dos pontos altos da estratégia, reforçando a defesa de que justiça climática passa pelo reconhecimento e pela proteção dos povos e comunidades tradicionais.

“Um jovem engajado em sua comunidade é um ser consciente de que sua faixa etária é o fio condutor que une o conhecimento das mais velhas e dos mais velhos às gerações que ainda estão por vir. E quando falamos pelos Povos e Comunidades Tradicionais, o que queremos é que todos os nossos segmentos sejam respeitados da mesma forma como nós os conhecemos e valorizamos!” “diz Guilherme Borges, 27 anos, Comunidade de Matriz Africana/Povos de Terreiro”.

A campanha nasce após um processo de formação de jovens lideranças PCTs em comunicação popular, ministrado pela BemTv, organização da sociedade civil de Niterói (RJ) e com apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Reunindo rica diversidade de 16 segmentos, a campanha Presente Ancestral destaca que, apesar de serem os menos responsáveis pela crise climática, esses grupos estão entre os principais responsáveis pela preservação dos biomas.

“Nossos mais velhos, fizeram no seu tempo, suas lutas e assim construíram a base para o que temos de política pública. Aprendemos então que é o que se faz agora, no presente, que garante a continuidade de nosso futuro como comunidade”, “diz Gabrielle Ücker Thum, 27 anos, Pomerana”.



O Decreto no 8.750, de 9 de maio de 2016, é o que o Brasil apresenta de mais recente no que diz respeito ao quantitativo de segmentos dos povos e comunidades tradicionais, fazendo referências direta às 29 representações que integram o CNPCT como sociedade civil. São estes:

- Andirobeiras
- Apanhadoras de flores de Sempre-vivas
- Benzedeiros
- Caatingueiros
- Caiçaras
- Catadores de Mangaba
- Cipozeiros
- Extrativistas
- Extrativistas Costeiros e Marinheiros
- Faxinalenses
- Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto
- Comunidades Quilombolas
- Gerazeiros
- Ilhéus
- Morroquianos
- Pantaneiros
- Pescadores Artesanais
- Povo Pomerano
- Povos Ciganos
- Povos Indígenas
- Povos e Comunidades de Matriz Africana e Terreiros
- Quebradeiras de Coco Babaçu
- Raizeiros
- Retireiros e Retireiras do Araguaia
- Ribeirinhos
- Vazanteiros
- Veredeiros
- Caboclos
- Juventude dos Povos e Comunidades Tradicionais

Veja mais conteúdos dos jovens: qr code





Reinivan Silva
Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto

Sou jovem negro, filho de agricultores e pescadores de Boa Vista de Santo Antônio (BA). Aprendo com a terra, a água e a sabedoria dos mais velhos, valorizando o trabalho coletivo.



Karen Almeida
Geraizeiros

Tenho 28 anos e sou da comunidade Fazenda Córreos (MG). Minha infância é marcada pelas memórias da tradição geraizeira e pela relação profunda com o nosso bioma.



Maura Palocio
Pantaneiros

Tenho 26 anos, sou pantaneira de Cáceres (MT) e acredito na justiça ambiental como força de solidariedade e prosperidade coletiva.



William Hipy do Espírito Santo
Extrativistas

Tenho 24 anos, sou da comunidade Vista Alegre (AM) e cresci entre rios e florestas, aprendendo com meus avós o respeito e o amor pela natureza.



Lorrayne Silva
Quilombolas

Sou jovem quilombola, comunicadora e ativista. Minha trajetória é marcada pela luta coletiva e pela defesa dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.



Ísis Ayres
Caiçaras

Sou caiçara de Paraty, da comunidade de São Gonçalo. Tenho 24 anos e venho de uma linhagem de mulheres líderes e resistentes há mais de 150 anos no território.



Lauriane Theodoro
Quilombolas

Tenho 26 anos, sou da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. Mãe e ativista, acredito que a transformação começa na ação coletiva, por mim, pelos meus e por todos nós.



Kito Kiese
Povos de terreiro e matriz africana

Kito Kiese significa “joia da alegria”. Ser de terreiro, corpo-migrante e PCT é também construir uma contra-estrutura diante das margens impostas pelo mundo contemporâneo.



Caroline Sala
Pantaneiros

Sou de Cáceres (MT), tenho 25 anos, sou mãe de quatro crianças, e atuo desde cedo em movimentos sociais e na preservação da natureza.



Guilherme Borges
Povos de terreiro e matriz africana

Do cerrado maranhense ao litoral da caatinga cearense. Por meio da Matriz Africana pude dar vazão a todas as ideias e sentimentos que afloram meu corpo e minha mente.



Beatriz Goes
Extrativistas costeiros e marinhos

Sou da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, em Beberibe (CE). Filha e neta de pescadores e agricultores, cresci na luta pela defesa do território e do maretório.



Verônica Correa
Povos de terreiro e matriz africana

Nasci numa sexta-feira santa e meu nome significa “imagem verdadeira”. Reencontrei a militância na tradição e nos saberes ancestrais que moldam nossa cultura.



Matheus Wallisson
Extrativistas

Sou comunicador e ativista climático da comunidade de Esperança, às margens do Rio Manicoré (AM), na luta contra os impactos das mudanças climáticas em nossos modos de vida.



Jander Barbosa
Indígenas

Descobri minha etnia, o povo Kokama, aos 23 anos. Busco aprender sua língua e cultura, atuando pela preservação cultural e ambiental com base nos saberes tradicionais.



Moisés Oliveira
Geraizeiros

Sou jovem do campo, da comunidade Vereda Funda (MG). Desde cedo aprendi que viver no campo é defender modos de vida, histórias e direitos ameaçados.



Tainá de Oliveira Pinto
Pescadores artesanais

Minha origem é na comunidade tradicional de Ilha da Crôa, em Barra de Santo Antônio (AL), onde a pesca artesanal molda a vida e a cultura local.



Gabrielle Ücker Thum
Povo Pomerano

Tenho 27 anos e sou da Serra dos Tapes (RS). Aprendi com a natureza e os mais velhos e uso minha experiência para contribuir na divulgação e salvaguarda da nossa cultura.



Jackson Pereira da Silva
Quebradeiras de Coco Babaçu

Tenho 25 anos, sou jovem do campo no Pará, estudante de Agroecologia, filho e neto de quebradeiras de coco babaçu, e atuo como comunicador defendendo os direitos dos povos tradicionais.



Gabriele Helena de Oliveira
Indígena

Tenho 25 anos, sou indígena Pankararu da Caatinga (PE), estudante de psicologia, mobilizadora e comunicadora, e atuo na proteção dos nossos corpos territórios para o nosso bem-viver.



Gabriela Alves
Tenho 23 anos, moro no litoral sul Sergipano, filha de pescadores, participo de movimentos sociais desde 2020.

Agência de Comunicação Popular Territórios Vivos: jovens comunicadores no enfrentamento à crise climática

A Agência Territórios Vivos foi um processo formativo com a juventude de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, voltado à criação de uma campanha de incidência política a partir da comunicação dos territórios para justiça climática. O projeto fortalece a autonomia e o protagonismo dessas juventudes na defesa de seus territórios e na luta por justiça social e climática.

Essa é uma parte dos jovens que constroem a rede de jovens de povos e comunidades tradicionais.

Moisés Oliveira

Nós, geraizeiros, vivemos há gerações nas áreas do Cerrado, especialmente no norte de Minas Gerais. O nome vem de “gerais”, as chapadas, veredas e matas abertas onde nossas comunidades desenvolveram modos de vida baseados no respeito à natureza. Somos profundamente ligados à terra, que garante nosso sustento por meio de práticas agrícolas, extrativistas e culturais que preservam os recursos naturais.

Os modos de produção geraizeiros são diversos e usam técnicas tradicionais adaptadas ao clima e à vegetação do Cerrado. Entre as principais práticas está a **roça de toco**, pequenos cultivos familiares feitos após o corte seletivo da vegetação. Diferente do agronegócio, que esgota o solo com monoculturas, respeitamos o tempo de pousio e deixamos a terra “descansar” para que se regenere naturalmente. Esse conhecimento, passado entre gerações, garante uma agricultura sustentável, que convive com o bioma sem grandes danos ambientais.

Outra base da economia geraizeira é o extrativismo vegetal sustentável. Frutos como pequi, buriti, araticum, mangaba, caju do cerrado e baru são coletados sem derrubar árvores e respeitando o tempo de colheita. Além de compor nossa alimentação, são vendidos ou transformados em produtos artesanais que geram renda e fortalecem a comunidade. A coleta de sementes nativas para reflorestamento também faz parte desse sistema produtivo diversificado.



Como os geraizeiros preservam o Cerrado com seus modos de vida



Geraizeiros do norte de Minas preservam tradições, territórios e o Cerrado diante das ameaças da monocultura e da mineração

ACERVO JOVENS PCTS



cada cultivo reforçam o caráter agroecológico de nossos modos de produção.

Os geraizeiros são verdadeiros guardiões do Cerrado. Enquanto o desmatamento avança preservamos áreas inteiras de vegetação nativa. Nossos sistemas coletivos de uso da terra e conhecimentos ancestrais asseguram a continuidade dos serviços ecossistêmicos do bioma: proteção do solo, armazenamento de água, manutenção da biodiversidade e regulação do clima.

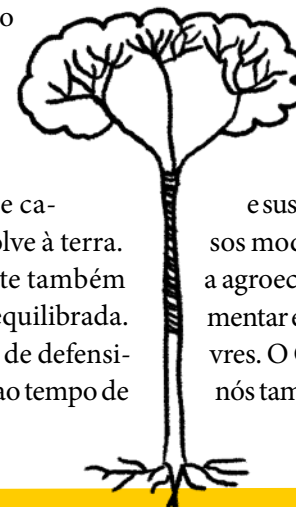
Apesar dessa importância ecológica, social e cultural, enfrentamos graves ameaças que colocam em risco nossa sobrevivência e o próprio Cerrado. O reconhecimento dos territórios tradicionais é fundamental para garantir nossa permanência e continuidade dos modos de vida.

Proteger os geraizeiros é também proteger o Cerrado, que já perdeu mais da metade de sua vegetação nativa. Diferente dos grandes empreendimentos que destroem para produzir, nós produzimos para viver bem,

em equilíbrio com a natureza. Nossos saberes oferecem soluções para um futuro justo, diverso e sustentável. Defender nossos modos de vida é fortalecer a agroecologia, a soberania alimentar e a luta por territórios livres. O Cerrado resiste porque nós também resistimos.

lho e feijão; nas minguanes, raízes como mandioca e batata-doce. Longe de superstição, esse saber vem de séculos de observação e de pesquisas que confirmam sua eficácia.

Outro conhecimento importante é a rotação de culturas, que evita o esgotamento do solo e o surgimento de pragas. Alternamos espécies aproveitando o que cada uma oferece ou devolve à terra. Essa diversidade garante também uma alimentação mais equilibrada. A capina manual, o uso de defensivos naturais e o respeito ao tempo de



Territórios sob ataque:

a escalada da violência contra povos e comunidades tradicionais no Brasil

Relatórios e casos recentes revelam que, apesar das garantias constitucionais, comunidades seguem alvo de grilagem, expulsões e assassinatos de lideranças

Gabriele Oliveira

Mais de 400 territórios de povos e comunidades tradicionais foram vítimas de violência no Brasil apenas em 2021, segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil 2022, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As violações incluem expulsões, grilagem, pistolagem e restrições ao uso de áreas coletivas. Entre os territórios atingidos, 28% são indígenas, 23% quilombolas e 14% de posseiros. Os dados confirmam uma realidade histórica: a disputa por terras segue marcada por impunidade, interesses econômicos e ausência do Estado.

A violência se manifesta de várias formas: avanço do agronegócio, mineração ilegal, desmatamento, grandes empreendimentos e conflitos fundiários. Mesmo áreas já reconhecidas sofrem invasões. Onde o direito territorial ainda não foi formalizado, a vulnerabilidade é maior. Essas ofensivas não são apenas materiais: atingem culturas, práticas espirituais, saberes e a própria sociobiodiversidade.

Mulheres de povos e comunidades tradicionais ocupam papel central na defesa dos territórios e, por isso, são alvos diretos de ameaças, agressões e feminicídios. O assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete, em agosto de 2023, na Bahia, denunciado pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), expôs a escalada da violência. Outro caso emblemático é o de Valmirreide, liderança Paresi, morta enquanto pescava com a família em Mato Grosso, em 2024, conforme denúncia da Agência Pública.

ALASS DERIVAS | @DERIVAJORNALISMO



Território em pé

O território é base da preservação cultural e identitária dos povos e comunidades tradicionais. Quando o território é destruído ou invadido, o que está em risco não é apenas a terra: é a memória, o pertencimento e a continuidade de culturas inteiras. No Cerrado piauiense, comunidades resistem à grilagem e ao desmatamento promovidos pelo agronegócio. O caso da Fazenda Kajubar, em Santa Filomena (PI), revela o desmatamento de cerca de 2.000 hectares entre 2021 e 2023 e intensa disputa com comunidades rurais e povos indígenas,

segundo o Mapa de Conflitos da Fundação Oswaldo Cruz.

A luta pelo território é também uma luta por direitos e justiça social. A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 225, trata do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na prática, esses direitos são violados por interesses econômicos, políticas de ocupação predatória e pela omissão do Estado. As comunidades seguem resistindo, afirmando que defender seus territórios é também defender a diversidade cultural e socioambiental do Brasil.

O poder da informação

Para enfrentar esse cenário, organizações da sociedade civil, redes de apoio e instituições acadêmicas produzem dados e monitoramentos constantes, disponibilizando informações atualizadas sobre desmatamento, assassinatos de lideranças, processos de demarcação e outras questões relacionadas.

Fortalecer a visibilidade dessas lutas, apoiar as organizações de base e exigir políticas públicas eficazes de proteção aos territórios e às vidas são caminhos fundamentais para a justiça socioambiental no país. Respeitar os povos tradicionais é respeitar o direito à existência e à diversidade cultural que compõe o Brasil.

**Acompanhe as redes
sociais de algumas
organizações dos Povos e
Comunidades Tradicionais:**

@redeptsdobrasil
@apiboficial
@confremoficial
@conaquilombos

@anmiga
@forumdecomunidadestradicionais
@miqcb_
@caa.nm

@acbantu_ndeembwa
@associacaoaraxa
@terradedireitos
@forumdepovosct_s

Dona Célia*Maretórios de resistência (Pará)*

Da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, Dona Célia representa os maretórios - conceito utilizados pelos PCTS para designar os povos em relação direta com os biomas marinhos - territórios de resistência de caiçaras, ribeirinhos, marisqueiras e tantas outras comunidades. A ancestralidade dá o tom da sua vida e caminhada. Em suas palavras: “Costumo dizer que meu endereço é o mesmo desde 1930, comunidade do bairro Umarizal, onde meus avós casaram. Eles são minha referência de vida.”

Para Dona Célia, não existe separação entre território e pessoas. O vínculo íntimo com o ambiente define sua cultura. Quando perguntada sobre o que é essencial, respondeu: “O cuidado e a compaixão é o mais importante.”

Dona Maria Alaídes*Quebradeira de Coco (Maranhão)*

Presidenta do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MI-QCB), Dona Maria Alaídes é símbolo da força feminina PCT. Vive da terra, na terra e para a terra. Ela afirma: “O território para nós representa a vida. É pertencimento, saúde, lazer, bem viver, dignidade, soberania. É fonte de vida.” Ela também lembra que o corpo é o primeiro território, e que a continuidade da vida depende do cuidado com ele.

Kemili Rodrigues*Juventude Quilombola (Sergipe)*

Do Quilombo Brejão dos Negros, Kemilli é jovem comunicadora popular. Seu olhar sensível sobre o território reforça a importância da memória: “Cada lagoa, cada ilha, cada porto tem uma memória dos nossos mais velhos. O território é liberdade, é dignidade, é pertencimento.” Inspirada por Krenak, que afirma que “o futuro é ancestral”, Kemilli reconhece sua responsabilidade: “Carrego comigo essa identidade de ser quilombola, com a responsabilidade de defender minha comu-



FOTOS: ARQUIVO JUVENS PCTS



TERRITÓRIOS, MARETÓRIOS E SEUS FILHOS

Vozes dos povos tradicionais em conexão com os seus territórios

Verônica Corrêa

Cultura é o “conjunto das estruturas sociais, religiosas e das manifestações intelectuais e artísticas que caracterizam uma sociedade, diferenciando-a de outras”, segundo o dicionário. Não seria incorreto dizer que cultura é a forma de viver de um povo. No entanto, assim como a definição do dicionário, esse conceito não dá conta de resumir uma ideia tão complexa quanto essencial para quem se considera filho da terra. A relação entre homem e natureza pode ser utilitária e predatória ou relacional e cooperativa. A partir dessa visão mais

nidade e nosso modo de vida.”

Ser jovem quilombola, diz ela, é coragem e compromisso. Sua voz ecoa em nossos encontros com a frase que guia nossas lutas: “E diga ao povo que avance. Avancaremos!”

Seu Lourenço*Guardião do Pantanal (Mato Grosso)*

Do Pantanal, maior planície alagada do mundo, Seu Lourenço resiste em um dos biomas mais ameaçados do país. Ao falar dos barcos artesanais construídos em sua região, ressalta a importância do “nós”: “Só na nossa região faz, ainda é preservado. É um lugar sagrado que só dentro do território pode continuar existindo.” Sua fala revela como cada PCT tem uma relação



ampla, afirmamos que os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) têm suas próprias culturas, modos de vida, saberes e fazeres, e que essa relação tem se mostrado uma alternativa ao modelo de exploração desenfreada de recursos naturais.

A cultura é viva: é o que nos rodeia no território, o que forma nossa identidade coletiva. Valorizar a cultura dos territórios é valorizar nossa gente. É mostrar a potência de um povo que, como nos lembra Ailton Krenak, “atrasa o fim do mundo”. Conheça vozes potentes que representam famílias, segmentos e biomas que compõem o Brasil do campo, das águas, das florestas e das periferias.

única com a natureza e como essa diversidade compõe a beleza da sociobiodiversidade brasileira.

Nina*Jovem Geraizeira (Minas Gerais)*

Nina traz em sua história a dor e a força do êxodo rural. Depois de sair da comunidade em busca de melhores condições, reencontrou no retorno sua identidade: “Fiz parte do êxodo rural e tive uma segunda chance no meu retorno. Nesse retorno encontrei na coleta de sementes a história da minha comunidade.” Ela alerta para o desafio de resgatar a identidade entre jovens que já perderam ou negam esse orgulho. Mas deixa um recado que inspira: “Planto também esperança.”

**Olamide Lessa***Sabedoria Ancestral (Rio de Janeiro)*

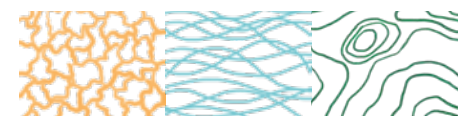
Yalorixá, mãe, avó e educadora popular, Olamide acredita em uma educação inclusiva e transformadora: “O conhecimento deve nascer do chão que se pisa e ser partilhado em roda.” Ela lembra que a educação ocidental muitas vezes desqualificou os saberes tradicionais, chamando-os de “populares” para excluir. Mas reafirma sua força: “O mais importante é a ancestralidade, porque é dela que vem a força que me guia, que me educa e que dá sentido à minha vida.”

Sua ancestralidade é plural: carrega a sabedoria iorubá, a força dos encantados e da Jurema Sagrada, e o compromisso com a natureza como sagrada. Para ela: “Não caminhamos sozinhos. Caminhamos com nossos ancestrais, com os que virão depois e com a própria natureza, que também é parte da nossa família espiritual.”

Babá Phil*Economia Ancestral (Rio Grande do Sul)*

Babalorixá e tamboreiro, Babá Phil mantém viva sua tradição no Pampa e garante, a partir dela, sustento para sua comunidade. Como presidente da COAFRO, cooperativa baseada em valores de matriz africana, fortalece a economia de dentro para dentro: de nós para nós.

Ele lembra que durante muito tempo nossos saberes foram desvalorizados e explorados por outros. Hoje, experiências como a economia solidária e o turismo de base comunitária fortalecem o orgulho e geram autonomia: são caminhos de futuro ancestral.



As vozes de Dona Célia, Dona Alaídes, Kemili, Seu Lourenço, Nina, Olamide e Babá Phil se entrelaçam como raízes profundas. São vozes que lembram que território é vida, memória e futuro. Somos filhos da terra, das águas, das florestas e das periferias. Somos o Presente Ancestral que segue semeando dignidade, coragem e esperança.

BEMTV

Educação e Comunicação Agência Territórios Vivos

Estamos aqui para contar um pouco sobre a organização que tornou este projeto possível: a BemTV. Para nós, jovens de povos e comunidades tradicionais, a BemTV é um espaço de transformação, onde a comunicação se torna um instrumento para defender nossos direitos e valorizar nossas culturas.

A BemTV é uma organização civil sem fins lucrativos que trabalha a partir da comunicação e da educação para capacitar jovens e fortalecer comunidades. Sua missão é apoiar adolescentes e jovens na construção de uma sociedade mais justa e solidária, garantindo que eles possam exercer sua cidadania e ter acesso a seus di-



YGOR SANTOS

reitos de forma plena. Neste sentido, a comunicação é mais que ferramenta, é parte das nossas estratégias coletivas.

A **Agência Territórios Vivos** trouxe uma oportunidade para jovens como nós, de diferentes povos e comunidades tradicionais do Brasil, de nos capacitar para usar a comunicação na luta contra a desinformação e na defesa de nossos territórios e saberes.

Um pluriverso de diálogos e saberes

A distância física entre nós não foi um problema. Após uma semana de encontro presencial formativo seguimos em conexão em encontros regulares

na nossa segunda casa, a Plataforma de Educonexão Pluriverso, onde a Agência Territórios Vivos ganhou forma e nasceu nossa campanha: Presente Ancestral.



Conheça a Plataforma de Territórios Tradicionais

Um instrumento de defesa dos direitos territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais

Acesse a plataforma pelo QR code e saiba mais

